

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 48.598 - MG
(2015/0146681-6)**

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : ANA SOARES DE MATTOS MARTINS
AGRAVANTE : MARCUS PAULO LAUTERIO BESSA
ADVOGADOS : LUIZ GUSTAVO SOUZA MOURA - MG077576
JOSE ALFREDO DE OLIVEIRA BARACHO JUNIOR E OUTRO(S)
- MG055150N
AGRAVADO : INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO
MG
PROCURADOR : ALESSANDRO FERNANDES BRAGA E OUTRO(S) - MG072065N
INTERES. : ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MANDAMUS CONTRA ATO DO JUIZ DA CENTRAL DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS. IMPUGNAÇÃO AOS PARÂMETROS DOS JUROS MORATÓRIOS EM TAXA INFERIOR. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. O mandado de segurança ataca ato do Juiz Conciliador da Central de Conciliação de Precatório do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que realizou os cálculos do precatório em favor dos impetrantes.
2. Em sede de mandado de segurança, exige-se a comprovação, de plano, da existência de liquidez e certeza dos fatos narrados na inicial, devendo-se afastar quaisquer resquícios de dúvida. Na espécie, acerca da revisão do percentual a título de juros moratórios fixados na decisão homologatória dos créditos de precatório, a necessária prova pré-constituída não foi demonstrada para fins de se acolher a pretensão dos recorrentes.
3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, decidiu negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator